

HABEAS CORPUS Nº 528.721 - BA (2019/0249367-2)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : JHONATTON DIAS DE BRITO
ADVOGADO : JHONATTON DIAS DE BRITO - BA036845
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PACIENTE : THIAGO VARGAS BRAGA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de THIAGO VARGAS BRAGA, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, que não conheceu do apelo defensivo, por acórdão assim ementado (fl. 9):

EMENTA: DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL. APELANTE CONDENADO PELA PRÁTICA DO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS. IRRESIGNAÇÕES NÃO CONHECIDAS EM RAZÃO DE SUA INTE M PESTIVIDADE. NÃO CONHECIMENTO DA APELAÇÃO. [...]

Colhe-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de 8 anos de reclusão, em regime inicial fechado, além do pagamento de 1.000 dias-multa, pela prática do crime previsto no artigo 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Afirma o impetrante que, *embora tenham sido as razões recursais apresentadas fora do prazo legal de 8 (oito) dias previsto no artigo 600 do Código de Processo Penal, mas tendo sido interposto tempestivamente o recurso de apelação nos termos do artigo 593 do mesmo Diploma Processual, patente o reconhecimento da ilegalidade no acórdão impugnado que não conheceu da apelação interposta pelo paciente* (fl. 6).

Pretende-se, em suma, a concessão da ordem para determinar o processamento da apelação.

Prestadas as informações, o Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento da impetração, mas pela concessão de *habeas corpus* de ofício para determinar o processamento da apelação.

É o relatório.

DECIDO.

O Tribunal de origem não conheceu do recurso de apelação da defesa sob a seguinte justificativa (fl. 12):

A partir do acurado exame do caderno processual, percebe-se que o patrono do Recorrente foi intimado por edital para oferecimento das razões recursais em 09/11/2018 (sexta-feira), como se infere da publicação do Diário de Justiça Eletrônico contida à fl. 162.

Superior Tribunal de Justiça

Assim, o interstício de 08 (oito) dias, previsto no art. 600 do Código de Processo Penal, iniciou-se em 12/11/2018 (segunda-feira) e findou-se em 19/11/2018 (segunda-feira).

Malgrado tudo isto, as razões do recurso ora analisado somente foram apresentadas em 04/12/2018 (terça-feira), como se depreende da fl. 163, restando, portanto, clara a sua intempestividade.

Sendo assim, afigura-se inviável a apreciação do mérito do referido Recurso.

Como se vê, o Tribunal de Justiça não conheceu do apelo defensivo, por entendê-lo intempestivo, somente com base no fundamento de que as razões recursais não foram apresentadas no prazo de 8 dias previsto no art. 600 do CPP, nada mencionando sobre tempestividade da apelação interposta no prazo previsto no art. 593 do CPP.

Contudo, consoante entendimento desta Corte, a apresentação das razões de apelação fora do prazo legal constitui mera irregularidade, não caracterizando a intempestividade do recurso. Nesse sentido:

PENAL. PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. EXISTÊNCIA DE RECURSO PRÓPRIO (RECURSO EM SENTIDO ESTRITO). NÃO CABIMENTO DE MANDADO DE SEGURANÇA. SÚMULA 267/STF. APELAÇÃO CRIMINAL. INTEMPESTIVIDADE. RAZÕES APRESENTADAS FORA DO PRAZO LEGAL. MERA IRREGULARIDADE. ORDEM DE HABEAS CORPUS CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. Existindo recurso próprio contra a decisão impugnada, mostra-se incabível a impetração de mandado de segurança, consoante o que dispõe a Súmula 267/STF.

2. **A apresentação extemporânea das razões de apelação não tem o condão de prejudicar apelação criminal tempestivamente interposta.**

3. A excepcionalidade do caso concreto determina a concessão da ordem, de ofício, para ensejar o processamento da apelação interposta, com a consequente reabertura de prazo para oferecimento das razões de apelação.

4. Recurso ordinário improvido, mas concedida a ordem de habeas corpus, de ofício, para determinar o processamento da apelação interposta. (RMS 25.964/PA, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 03/12/2015, DJe 15/12/2015).

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO. HOMICÍDIO. APELAÇÃO CRIMINAL INTERPOSTA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. INTEMPESTIVIDADE. RAZÕES APRESENTADAS FORA DO PRAZO LEGAL. MERA IRREGULARIDADE. ILEGITIMIDADE RECURSAL DO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO (ART. 598 DO CPP). RECONHECIMENTO. IMPUGNAÇÃO QUANTO À SUBSTITUIÇÃO DA TESTEMUNHA REQUERIDA PELA DEFESA. PREJUDICIALIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO.

Superior Tribunal de Justiça

1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

2. Este Superior Tribunal de Justiça tem entendimento firmado, em consonância com o Supremo Tribunal Federal, de que a apresentação das razões da apelação fora do prazo constitui mera irregularidade que não obsta ao conhecimento do apelo.

3. Nos termos do art. 598 do Código de Processo Penal, "Nos crimes de competência do Tribunal do Júri, ou do juiz singular, se da sentença não for interposta apelação pelo Ministério Público no prazo legal, o ofendido ou qualquer das pessoas enumeradas no art.

31, ainda que não se tenha habilitado como assistente, poderá interpor apelação, que terá, porém, efeito suspensivo". Tendo o recurso sido interposto pelo titular da ação penal, não há razão para se legitimar o recurso do assistente da acusação.

4. Verificada a ilegitimidade recursal do assistente, resta prejudicada a análise do argumento utilizado pelo impetrante, de preclusão temporal quanto à substituição da testemunha de defesa.

5. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para determinar que o Tribunal de origem desconsidere a apelação interposta pelo assistente de acusação e prossiga com o julgamento do recurso ministerial. (HC 269.584/DF, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 01/12/2015, DJe 09/12/2015).

HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. JÚRI. NULIDADE. APELAÇÃO CRIMINAL. INTEMPESTIVIDADE. RAZÕES APRESENTADAS FORA DO PRAZO LEGAL. MERA IRREGULARIDADE. INTERESSE DE RECORRER MANIFESTADO NA ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. ORDEM CONCEDIDA.

1. A jurisprudência desta Corte de Justiça firmou entendimento no sentido de que a apresentação das razões de apelação fora do prazo legal constitui mera irregularidade, não caracterizando a intempestividade do recurso, motivo pelo qual não pode ser óbice ao conhecimento do inconformismo (Precedentes STJ).

2. Nos termos do artigo 577 do Código de Processo Penal, "o recurso poderá ser interposto pelo Ministério Público, ou pelo querelante, ou pelo réu, seu procurador ou seu defensor".

3. Constatando-se que o paciente manifestou de forma expressa o seu interesse de recorrer por ocasião da assinatura da ata da sessão de julgamento pelo Tribunal do Júri, não se pode falar em intempestividade do apelo.

4. Ordem concedida, nos termos do voto do Relator. (HC 204.099/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 11/10/2011, DJe 28/10/2011).

Assim, tendo em vista a jurisprudência trazida à baila, deve ser

Superior Tribunal de Justiça

reconhecida a ilegalidade flagrante, para reformar o acórdão atacado, no sentido de determinar o processamento da apelação, uma vez que é inidônea a justificativa de não conhecimento do recurso calcada apenas no fato de a apresentação das razões do apelo ter sido realizada fora do prazo legal, o que constitui mera irregularidade, não caracterizando a intempestividade do recurso.

Ante o exposto, concedo o *habeas corpus* para determinar o processamento do recurso de apelação da defesa.

Comunique-se.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator

